

Políticas públicas para infância pobre no Tocantins: Programa Pioneiros Mirins de Araguaína

RESUMO

Este artigo foi elaborado com base na dissertação de mestrado intitulada: *Políticas públicas para infância pobre no Tocantins: Programa Pioneiros Mirins de Araguaína* apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da profa. Dra. Arlene de A. Carvalho Clímaco, em junho de 2003.

Palavras-chave: políticas públicas; infância pobre; educação.

O trabalho investigou as políticas públicas para a infância pobre do Estado do Tocantins, implícito no Programa Pioneiros Mirins (PPM). Observou também as mediações dessas políticas com as concepções de infância, de educação e de trabalho presentes no programa, em especial no município de Araguaína-TO, no período de 1989 a 2000. Baseou-se no estudo do processo de criação, implantação e funcionamento do referido programa, por meio de fontes documentais oficiais, jornalísticas e fotográficas.

O PPM é um programa social do Estado do Tocantins, vinculado à

Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas). Conta com a participação da Secretaria de Educação e Cultura, cujos professores proporcionam atividades de trabalhos manuais e reforço escolar, e realizam palestras sobre cidadania, meio ambiente e sexualidade, dentre outras. Participa ainda do programa o Comando da Polícia Militar do Tocantins que, por intermédio de seus soldados, realiza atividades cívicas, disciplinares, esportivas etc. Os funcionários técnico-administrativos e de serviços gerais são vinculados à Secretaria de Trabalho e de Ação Social do Estado do Tocantins.

O referido programa foi criado em 1989 e, de acordo com o discurso oficial, o PPM está implantado nos 139 municípios do Estado. Desde então, atende a crianças e a adolescentes dos setores populares, de sete a quatorze anos, que estejam matriculados na rede oficial de ensino e cuja renda familiar não ultrapasse dois salários mínimos (Tocantins, s/d).

No período de 1989 a janeiro de 1996, o PPM era vinculado à Fundação Santa Rita de Cássia (FSRC). No entanto, com a extinção da FSRC por meio da Lei nº 815/96, de 8 de janeiro de 1996, a Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas) passou a assumir o PPM, conforme dispõe o Decreto nº 195/96 (TOCANTINS, 1996).

No ano de 2000, de acordo com dados oficiais, o programa atendia a "cerca de 33.429 crianças e adolescentes, em idade de 7 a 14 anos, em todo o Estado" (TOCANTINS, 2000). Os participantes do PPM recebiam, além das atividades educacionais, "uma Bolsa-Escola de R\$30,00, uma Cesta de Alimentos no valor de R\$15,00, além de uniformes e calçados" (TOCANTINS, 2000). "Os recursos para manter o programa advêm do governo estadual e podem ser ainda provenientes de órgãos federais, estaduais, municipais e outras instituições nacionais e estrangeiras" (TOCANTINS 1996).

O Núcleo do PPM de Araguaína-TO, objeto de análise deste trabalho, foi criado em meados de 1989 e continua funcionando na atualidade, nas proximidades do II Batalhão da Polícia Militar de Araguaína-TO.

Uma vez definido o tema, não houve grandes dificuldades para a definição do universo de pesquisa, haja vista a existência de apenas um núcleo do Programa Pioneiros Mirins (PPM) no município de Araguaína-TO durante a mesma. Portanto, este estudo concentrou-se no Núcleo situado à Avenida Filadélfia, vizinho ao II Batalhão da Polícia Militar.¹

Iniciamos a coleta de dados referentes ao PPM em fontes documentais (jornalísticas) e documentos oficiais (legislação, revistas, *folders*, dentre outras), no período de dezembro de 2000 a janeiro de 2001, no Núcleo do Programa Pioneiros Mirins de Araguaína-TO, na Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas), em Palmas-TO, e na Biblioteca do Ministério Público. Nesse período, obtivemos, nos referidos órgãos, recortes xerocados de diversos jornais que circulam no Estado, que trazem reportagens acerca

Existe uma produção acadêmica significativa que aborda as políticas públicas direcionadas à infância pobre brasileira.

do programa; de leis referentes ao processo de criação e de funcionamento do PPM; revistas, *folders*, relatórios, e outros documentos referentes ao programa. A pesquisa teve continuidade no Centro de Documentação (Cedoc) da Organização Jaime Câmara, em Goiânia-GO. Nesta instituição, coletamos dados referentes ao PPM no *Jornal do Tocantins*, referente ao período de 1989 a janeiro 1999.² A pesquisa ocorreu entre meados de maio de 2001 a meados de julho de 2001.

Vale ressaltar que a pesquisa objetivava mapear reportagens publicadas no *Jornal do Tocantins* (período de 1989 a 2000) sobre o PPM. A escolha desse jornal deu-se em virtude do tempo de circulação desse veículo de comunicação no Estado do Tocantins e da abrangência de sua área de circulação.³

Como tivemos acesso a outras fontes jornalísticas, como *Diário Tocantinense*, *O Jornal*, *Paralelo 13*, *Dezoito de Março*, *O Progresso*, incluímo-las em nosso trabalho. Nestas fontes, entretanto, não foram pesquisados todos os exemplares de 1989 a 2000, mas apenas os números de jornais a que tivemos acesso, por meio de recortes existentes na Setas de Palmas-TO e no Núcleo do PPM de Araguaína-TO. As fontes cedidas por essas entidades estavam organizadas em recortes, o que trouxe algumas dificuldades no que concerne à sua identificação e à classificação dos dados.

No trabalho de busca de dados, conforme já aludimos, utilizaram-se fontes jurídicas relacionadas ao processo de institucionalização do programa, geralmente leis e decretos estaduais e leis federais. Para as fontes oficiais (leis, decretos, medidas provisórias, dentre outras), a coleta de dados foi feita na Biblioteca do Ministério Público da cidade Palmas-TO, e também no *arquivo morto* da referida biblioteca. Produzimos, ainda, registros fotográficos do cotidiano dos participantes do PPM de Araguaína, no período de março de 2002 a junho de 2002, por ocasião da aplicação dos questionários e das entrevistas semi-estruturadas.

Buscamos analisar os dados coletados com base no método apresentado por Minayo, definido por esta pesquisadora como hermenêutica-dialética (1994, p. 218-247). De acordo com Gomes, no método de análise apresentado por Minayo podem-se destacar dois pressupostos:

Esta pesquisa não teve pretensão de esgotar o tema, mas buscou contribuir para o estudo das políticas públicas direcionadas à infância pobre, em especial no Estado do Tocantins.

O primeiro diz respeito à idéia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento. Já o segundo se refere ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. A autora também entende que os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre numa aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado de pesquisa. (GOMES, 2001, p. 77)

O estudo revelou que o PPM tem sua filosofia educacional voltada, sobretudo, para o ideário pedagógico vigente no Brasil entre os séculos XVIII e XIX.

A revelação das matrizes teóricas que dão sustentação ao PPM sinaliza que, a exemplo do que ocorreu na República Velha, com o

processo de construção da identidade nacional e da busca de consolidação de uma nova ordem política, econômica, social e cultural, a infância pobre foi colocada como um objeto a ser moldado, para absorver acriticamente o discurso de *ordem e progresso*, lema da República, para se *metamorfosar* em ser dócil e disciplinado para o trabalho, obediente ao sistema vigente, como também transmitir esses saberes a seus pais. (RIZZINI, 1997)

O Estado do Tocantins, em seu processo de construção da identidade regional, em fins do século XX, deu continuidade aos discursos e às práticas de mais de três séculos de existência, no embasamento da construção da identidade tocantinense, forjando um discurso na contramão da legislação nacional (CF, ECA, LDB), no que concerne às políticas públicas dirigidas à infância pobre, que deve ser percebida, nesse contexto, como sujeito de direitos. No entanto, este estudo revela que a infância tem sido tratada como objeto de tutela, apesar de um discurso que afirma ser a infância *prioridade* no Tocantins, e que o PPM serve de *modelo* para as políticas públicas no Brasil, haja vista o seu *avanço*, em termos de práticas educativas *novas* aplicadas ao programa.

Essas constatações revelam os limites pelos quais passam a implementação e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em termos práticos no país, após mais de uma década de sua promulgação e vigência. É bom lembrar que esse diploma legal foi fruto de reivindicações e embates de movimentos sociais, como o de meninos e meninas de rua, de segmentos progressistas de formuladores de políticas públicas governamentais e não-governamentais com o Estado, no contexto do processo de abertura política brasileira, na década de 1980.

Os formuladores de políticas públicas e demais segmentos governamentais e não-governamentais que elaboram políticas para a infância pobre no país ainda estão presos aos paradigmas da doutrina

de situação irregular presente nos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que fundamentavam suas ações em atividades educativas de cunho repressivo, materializados por meio da realização de atividades subalternas, atividades domésticas, artesanais, horticultra, aulas de educação física, dentre outras.

Existe uma produção acadêmica significativa que aborda as políticas públicas direcionadas à infância pobre brasileira. Ela também desvela as questões sociais que afetam a infância pobre e seus familiares, sendo de ordem histórico-estrutural e não de ordem moral e familiar. No entanto, percebe-se que parte dos formuladores continua justificando as desigualdades sociais e a situação de abandono da infância pobre como de ordem moral e familiar.

Além do mais, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e diversos dispositivos legais, foram frutos de vários embates entre a sociedade civil organizada e o Estado, no contexto de superação do sistema ditatorial que pôs amarras às falas que se opunham a esse regime político, por mais de duas décadas. Todas elas difundem a aplicação da doutrina de proteção integral para a infância pobre; no entanto, em termos práticos, esse paradigma não se concretizou no país, a exemplo do que ocorre no estado do Tocantins, em relação ao PPM.

Outros dados interessantes que esta pesquisa revela, ao se analisarem as fontes documentais, referentes às políticas públicas dirigidas à infância pobre expressas no PPM, é que, de um lado, verifica-se a associação do PPM à figura do ex-governador Siqueira Campos,⁴ e do outro, a cumplicidade da mídia na construção e perpetuação dessa visão. Resta indagar como um programa criado em 1989, desde então funcionando, inclusive sob os auspícios de governo de oposição, pode estar indissociavelmente liga-

do à imagem de um ex-governador.

Outra questão suscitada são os mecanismos um tanto obscuros utilizados pelo PPM para efetivar descontos na bolsa-escola dos participantes que faltam às atividades do programa. Por que punir os faltosos com descontos em espécie? O PPM teme a evasão dos seus participantes?

Enfim, esta pesquisa não teve pretensão de esgotar o tema, mas buscou contribuir para o estudo das políticas públicas direcionadas à infância pobre, em especial no Estado do Tocantins.

Autora

¹ Professora substituta da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fatimade.lima@bol.com.br

Notas

¹ Fizemos, também, pesquisa de campo, com a aplicação de 245 questionários entre participantes do PPM egressos, funcionários técnico-administrativo, docentes, militares, coordenadora do programa, ex-coordenadoras como forma de selecionar os sujeitos da pesquisa que seriam entrevistados. Pretendemos utilizar esse material em pesquisa futura, em razão do compromisso ético estabelecido com os entrevistados, que se dispuseram a contribuir para esta pesquisa. É de fundamental importância investigar as falas desses agentes que participam ou participaram do PPM em Araguaína-TO, para que não se dê voz apenas ao discurso oficial. De acordo com Bernard Charlot (2001), o trabalho de mestrado deve ter continuidade no doutorado, a não ser que a pesquisa do mestrado tenha um tema acabado.

² A pesquisa no *Jornal do Tocantins*, no que concerne ao mês de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, foi realizada por meio de recortes deste jornais, pertencentes ao acervo do Núcleo de Pioneiros Mirins de Araguaína-TO e da Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas) de Palmas-TO.

³ Esse veículo de comunicação faz parte da Organização Jaime Câmara, proprietária do jornal *O Popular*, como também, do *Jornal do Tocantins*, e de emissoras de rádios FM, dentre outros, afiliados da Rede Globo.

⁴ Ver o texto de Motter, Mendonça, Lunckes (2002, p. 73), que enfatiza: "Dentre as categorias identitárias eleitas pelo discurso relativo ao Tocantins e ao que é ser tocantinense, emitido pela imprensa e autoridades políticas, destacamos: o

caráter neoliberal e moderno do novo Estado, o papel assistencialista relacionado à formação das crianças tocantinenses, através dos Pioneiros Mirins, a abundância de riquezas naturais, a riqueza econômica legitimada pela pecuária, a posição geopolítica do novo Estado em relação aos demais brasileiros e a sua gênese ligada à figura de um líder político" (grifos nossos).

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- _____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.
- _____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)*. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1997.
- CHARLOT, Bernard. Palestra. In: *II Encontro de Política e Administração da Educação da Região Centro-Oeste. Educação para democracia: projetos, políticas e gestão educacional*. Associação Nacional de Pesquisa em Administração Educacional (Anpae), Goiânia, 4/6 jun. 2001.
- GOMES, Romeu. *A análise de dados em pesquisa qualitativa*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) *Pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- MOTTER, Ana Elisete; MENDONÇA, Jarbas da Silva; LUNCKES, Marisete Cristina Soares. *A construção da identidade regional tocantinense (1989-2000)*. *Revista Fontes*. Universidade do Tocantins (Unitins). Palmas-TO, v. 1, n. 1, maio 2002.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR, Ministério da Cultura, USU Ed Universitária, Amais, 1997.
- TOCANTINS. *Lei nº 815/96, de 8 de janeiro de 1996. Extingue a Fundação Santa Rita de Cássia e dá outras providências*. *Diário Oficial (do Estado do Tocantins)*. Palmas, n. 488, p. 2634, 12 jan. 1996.
- _____. *Decreto nº 195, de 12 de janeiro de 1996. Transfere as atribuições de supervisão da Organização dos Pioneiros Mirins no Estado do Tocantins, da extinta Fundação Santa Rita de Cássia para a Setas e dá outras providências*. *Diário Oficial (do Estado do Tocantins)*. Palmas, n. 490, p. 2675-2676, 18 jan. 1996.
- _____. Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas), *Revista Informativa*, Palmas, 2000.
- _____. Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas) Programa Pioneiros Mirins O maior e mais antigo programa bolsa escola/ renda mínima do Brasil. Palmas, s/d.